

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-8-2020.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 094/20 (Processo nº 0247/20), de autoria de Paulinho Motorista; o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/20 (Processo nº 0265/20), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foi apregoado o Ofício nº 418/20, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 021/20 (Processo nº 0283/20). Ainda, foi apregoado comunicado firmado por Ramiro Rosário, informando que integrará a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relacionados com as denúncias apresentadas no processo de impedimento do Prefeito. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Márcio Bins Ely e Mauro Pinheiro. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Engº Comassetto e Adeli Sell. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes e Karen Santos. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 017/20. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 022, 079, 097 e 013/20, este discutido por Adeli Sell. Às dezesseis horas e um minuto, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos. Passemos à verificação de quórum, Dr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e quatro vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vinte e quatro presentes, há quórum, estão abertos os trabalhos da 40ª Sessão Ordinária. Dr. Luiz Afonso, há proposições a serem apregoadas?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim. (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Primeiramente, boa tarde a todos, eu quero fazer uma saudação especial ao Presidente Paulo Brum. Hoje pela manhã, eu estive no Condomínio Lageado, que está precisando de um aporte com relação a questões de um esgoto a céu aberto, encontrei o nosso ex-colega Ver. Dr. Thiago numa mobilização pacífica, trancando a rua às 7h, e continuo priorizando no meu mandato essa questão da regularização fundiária. Quando eu fui secretário do planejamento, de 2009 a 2012, fizemos 14 regularizações, projetos de regularização, muitos foram assinados pelo então secretário da SMOV à época, o Cassio Trogildo, o prefeito era o Fortunati; e ainda, semana passada, fizemos uma *live* com a Dra. Simone Somensi, que é uma das procuradoras encarregadas pelo núcleo da regularização fundiária em Porto Alegre, que também nos atualizou com relação a muitas das situações que foram resolvidas, em especial o Condomínio Mariante, Sertão I e Sertão II, que é o maior loteamento irregular que Porto Alegre conseguiu enfrentar e teve um desfecho favorável. Hoje, mais de mil famílias... (Problemas na conexão.) Num segundo momento, o núcleo jurídico faz o desmembramento daquilo que representa o desfecho urbanístico e coloca no papel as metragens das propriedades e as situações das famílias, que, muitas vezes, leva 20, 30, 40... (Problemas na conexão.) ...para regularizar a sua situação. Eu fico muito feliz em dizer, falei do Condomínio Mariante, Sertão I e Sertão II, mas também quero fazer um relato aqui aos colegas com relação às tratativas que avançaram sobremaneira no condomínio Dona Francisca Alves na Estrada João Antônio da Silveira, entre a Lomba do Pinheiro e a Restinga, pelas proximidades da Pitinga, inclusive, ali foi feito o calçamento, o pessoal também está muito satisfeito com aquele processo que se iniciou ali – muitos iniciaram em 2010, 2011. Também tivemos um trabalho muito importante, muito relevante na Cooperativa Clara Nunes, no Beco do Pradinho, no Portal dos Pinheiros, no Beco do Serafim, na Pitinga II, na Cooperativa dos Bombeiros – na Cooperativa dos Bombeiros tivemos um problema jurídico com relação às escrituras, praticamente teve que se iniciar do zero –, no Beco do Stringhini, no Beco do Juvêncio, no Túnel Verde – uma parte foi entregue, outra ainda não, acho que umas 200 matrículas já foram entregues ali –, no Vale do Sol I, no Vale do Sol II e na Vila Safira. Na Vila Safira, conhecida de todos nós, a gente vem

acompanhando um trabalho que é feito e realizado em conjunto com a Defensoria Pública. Então eu acho que a regularização fundiária em Porto Alegre, não só nessas áreas que eu mencionei... (Problemas na conexão.) ...acho que o Cassiá também acompanhou esse trabalho junto à Secretaria de Obras, com o Maurício também, mas Porto Alegre ainda possui um sem-número de situações de ocupações autoproduzidas ou áreas invadidas que aguardam ainda desfecho. Mas a gente vem acompanhado, como é o caso da Dique, aquela remoção que foi feita para o Loteamento Senhor do Bonfim ou para o bairro Timbaúva. Há uns dez dias, eu falei com o Mário Marchesan, do DEMHAB, com relação a uma situação envolvendo a inscrição de alguns, os que foram transferidos, para que pudesse se viabilizar a ampliação da pista do aeroporto, no caso ali é uma situação um pouco diferente, é com verba do governo federal, porque a aplicação do recurso é prioritária para a obra do PAC. Então, hoje, Porto Alegre possui não só as ocupações autoproduzidas, as invasões, mas também os loteamentos irregulares ou clandestinos, aqueles que foram feitos, vamos dizer, com um linguajar mais didático, foi feita a facção a divisão, foi feita a marcação, um proprietário de um terreno que foi vendendo de maneira irregular ou tentou protocolar um projeto urbanístico, mas não conseguiu, e aí a Prefeitura muitas vezes tem que entrar no circuito através da Câmara também, com projeto de lei, gravando AEIS – Área Especial de Interesse Social.

Tivemos uma participação importante também em algumas áreas do DEMHAB, que também tem feito um trabalho diuturno nessa questão das soluções pontuais com relação a várias intervenções urbanas. Acho que hoje a que mais aflora em Porto Alegre é a Avenida Tronco, que ainda está pendente, mas as obras ainda estão acontecendo, foi uma ação que a gente teve. A Caixa teria feito, de maneira unilateral, o cancelamento do contrato de aporte de recursos para Porto Alegre, que nos preocupa bastante.

Eu quero trazer hoje a questão da regularização fundiária, é um tema que nos é muito caro, que diz respeito a famílias, a moradias. Vocês devem ter visto no Fantástico, nesse domingo, a questão das pessoas que ocuparam o leito da via, embaixo de um viaduto, enfim foram despejadas, fogo nas casas. Hoje está muito na agenda dos principais centros urbanos, e na nossa capital não é diferente essa questão da moradia.

Com muita honra, de 2001 a 2004, o Bosco acompanhou o trabalho lá, eu fui funcionário do gabinete do deputado Vieira da Cunha, nós tínhamos uma subcomissão mista de habitação popular, o deputado Vieira trabalhava muito essa questão da advocacia em prol da moradia, e acho que até hoje tem um assessor teu, Bosco, que trabalha muito essa pauta. Essa questão está muito presente na agenda de vários vereadores. É muito oportuno e importante que nós possamos ter a sequência de alguns desfechos. Hoje de manhã, eu ainda visitei ali atrás do cemitério da Vila Nova, nós temos algumas pendências, situações de obras em loteamentos que foram regularizados, houve demandas no Orçamento Participativo ali na Monte Cristo, e até agora não houve um desfecho, uma solução de uma infraestrutura. Pelo menos em dois projetos, com as minhas emendas impositivas, eu aportei recursos para que fossem feitos pelo menos os projetos para que a gente pudesse iniciar o debate sobre o

enfrentamento da qualificação dos espaços onde as pessoas vivem hoje e que, de alguma forma, foram ludibriadas, pois de boa-fé fizeram contrato de compra e venda e até hoje não possuem as suas escrituras, as suas matrículas. É muito importante, é muito salutar que a gente possa perceber alguns avanços significativos. Como foi dito aqui, mencionei pelo menos 16 áreas com as quais tive uma relação muito próxima, claro que outras pessoas também contrataram serviços particulares. À época, o vice-prefeito, o atual deputado Sebastião Melo também acompanhou algumas ações coordenadas pelo Zé Almir à época, que também estão tendo um desfecho positivo. Ali naquela área da Safira, o Mauro Pinheiro também acompanha bem essa questão envolvendo a demanda da comunidade.

Eu acho que, em termos de regularização fundiária, em termos de aperfeiçoamento de legislação, a Câmara deu uma contribuição de maneira muito significativa, quando aprovamos a revisão do Plano Diretor em 2010. Na época dessa revisão, tive a honra de estar à frente da Secretaria Municipal do Planejamento, e acho que já está chegando a hora de nós iniciarmos, Presidente Paulo Brum, um novo debate sobre a revisão, daquilo que a gente imagina para Porto Alegre, já dialogando para os próximos 20 anos, com o futuro da cidade. Essa questão dos espaços urbanos, esses conceitos todos aí, de largura de rua, testada de lote, tamanho de quarteirão, critérios para se colocar um posto de saúde, uma escola, uma creche, acesso ao transporte coletivo, uma praça... A gente sabe, Ver. Pujol, o senhor que tem uma referência histórica de construção da Restinga, pela sua passagem pelo DEMHAB, sabe tudo que representa essa pauta. Nós também tivemos oportunidade de revisar a lei dos bairros em Porto Alegre e foi também um aspecto interessante, importante; às vezes, a pessoa não tem o CEP, não chega uma correspondência na sua casa. A Câmara está madura para que, no início de uma nova legislatura, assim que passar esse período eleitoral, nós possamos dar início ao debate sobre o realinhamento da espinha dorsal do desenvolvimento urbano, qual seja o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da nossa cidade. Porto Alegre tem 74 quilômetros de orla, eu considero que Porto Alegre ainda está virada de costas para o Guaíba; as principais cidades, as capitais, sempre a sua zona mais valorizada é aquela que fica de frente para as águas, pela sua beleza. Porto Alegre tem um pôr do sol imponente. Tivemos dias lindos, vocês devem ter acompanhado o pôr do sol no Guaíba no fim de semana, então acho muito oportuno e importante que nós possamos, de certa forma, dar ênfase a esse debate, Ver. Pujol, mas, em função na pandemia, não foi possível que nós instalássemos as primeiras pautas com relação à mobilidade urbana, à ciclovias, enfim, a tudo aquilo que representa a estruturação dos espaços urbanos da cidade. Eu acredito que a qualificação dos espaços urbanos agrega qualidade de vida às pessoas; as intervenções urbanas vão qualificando a cidade, vão trazendo alternativas viárias. Trago um exemplo: quem não se lembra que a Rua Cel. Bordini não descia na Rua Vicente da Fontoura? Então são soluções e tantas outras que se fez, como a duplicação da Av. Diário de Notícias, todas essas intervenções de passagem de nível, de viadutos, enfim, tudo que Porto Alegre viu se transformar nos últimos 10 anos representa para todos nós, porto-alegrenses, qualidade de vida. Toda a qualificação de espaço urbano de uso coletivo agrega valor na

qualidade de vida nas pessoas, ela faz parte da nossa pauta legislativa, do nosso trabalho diário e diuturno no enfrentamento das questões e dos problemas da cidade. A nós a quem foi confiado um mandato e a responsabilidade de estarmos zelando pela cidade, agora temos novos mecanismos de contribuição, e eu acho que o respeito às emendas impositivas é algo muito importante, é cumprir a lei. É algo que também traz um retorno importante e significativo não só para a área da saúde, porque 50% dos recursos são destinados à saúde, mas também, em especial, no meu caso, pelo menos duas emendas que fiz tinham o foco na regularização fundiária. Eu sei que outros vereadores, a exemplo do Ver. Dr. Goulart, recentemente diretor do DEMHAB, aportou recurso para regularização fundiária, o Ver. Cassio Trogildo também, entre outros que eu sei que colocam na sua pauta prioritária, na sua agenda de mandato e do trabalho do seu mandato essa questão.

Quero dizer que estamos muito preocupados, hoje pela manhã tivemos uma reunião com vistas à finalização dos trabalhos da CPI que foi bem dura. A Câmara, hoje, vive um enfrentamento que extrapolou a questão política, muitas demandas judiciais, mas acredito que seja pelo aflorar da questão eleitoral que possa estar prejudicando um pouco o trabalho, mas parecem-me muito inoportuno alguns movimentos. Hoje pela manhã, eu recebi um WhatsApp com uma lista de vereadores, meio que taxando os vereadores com um quadro sobre gasolina. Primeiro, isso não tem fundamento, os vereadores têm direito, pela sua cota, da indenização do uso do veículo particular que também engloba gasolina. Eu acho que aqueles vereadores que não fazem uso dessa verba têm todo o seu direito, mas aqueles que utilizam não estão cometendo nenhuma ilegalidade. Então queria dizer que a verba por indenização de uso particular de veículo não engloba a prestação do seguro, enfim, de tudo aquilo que representa a manutenção do automóvel. Querer simplesmente reduzir a indenização por uso particular de veículo, de dois automóveis, e taxar isso como se fosse verba de gasolina é algo que diminui o trabalho de Porto Alegre, uma cidade com 82 bairros. Todos aqui sabem o que representa e a dimensão da importância da presença nas comunidades. A gente sabe que a pandemia dificultou muito, nós queremos nos solidarizar com mais de 110 mil brasileiros que perderam a vida em função dessa pandemia. Por nossa sorte, eu sei que o Ver. João Carlos Nedel está bem, muitas pessoas estão se recuperando, mas todos nós estamos muito preocupados com essa situação, com essa questão, torcendo para que a ciência possa encontrar logo uma cura, uma vacina para esta pandemia que praticamente acometeu muitas pessoas próximas.

Todos devem ter parentes, amigos, profissionais próximos ou pessoas vinculadas próximas que foram acometidos, algumas pessoas levadas a óbito, então não poderia, neste período de Grande Expediente, deixar de me manifestar também, cumprimentando todos os profissionais da área da saúde, médicos, enfermeiros, toda nossa rede em Porto Alegre que até hoje não deixou de atender nenhuma pessoa, tentando salvar a vida das pessoas. Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade e espero que possamos seguir contribuindo com a cidade, com as impressões e os sentimentos e a contribuição dos vereadores de maneira, tenho certeza, todos nós, sem exceção, a

contribuir com a nossa cidade para o bem das pessoas para a qualidade de vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registraram as presenças a Ver. Mônica Leal, o Ver. Luciano Marcantônio e o Ver. Paulinho Motorista.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Paulo Brum, vice-presidente, na presidência dos trabalhos; vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, pelo Facebook, por todos os meios de comunicações digitais; quero dizer, Ver. Márcio Bins Ely, que acompanhei atentamente sua fala em Grande Expediente - essa questão da Reorganização Fundiária Urbana - Reurb, da reurbanização, é realmente um fato importante da nossa cidade de Porto Alegre. Temos muitas comunidades em dificuldades, como V. Exa. falou, dos loteamentos que, pelas dificuldades da legislação, acabam não conseguindo, alguns terrenos em algumas localidades, principalmente aqueles mais na periferia, seguir totalmente a legislação, pelas dificuldades, acabando por construir os condomínios a facção, como o senhor mencionou. E quando o senhor foi falar, até pensei na mesma expressão. As pessoas têm o terreno, tem uma série de obstáculos, não conseguem vencer - o tempo vai passando - acabam fazendo a reurbanização de uma forma desorganizada, não cumprindo a legislação. Felizmente hoje tem leis federais que ajudam a diminuir essa burocracia, e o nosso DEMHAB aqui é capitaneado pelo Mário Marchesan, pelo Emerson Correa, pelo Fabrício, pelo Sandro, a Procuradoria-Geral com a Simone Somensi, tem feito um trabalho exemplar, não só nesta legislatura, mas nas anteriores. Dessa forma, a gente vai conseguindo passar a posse, não só a posse do terreno, mas também a escritura do terreno para algumas pessoas. É bastante gratificante ver a alegria e a felicidade dessas pessoas quando conseguem ter, além da posse, o direito registrado, através de uma escritura, a parceria também com os cartórios.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nós estivemos juntos, à direita na Embratel, na entrega na Vila Renascença, não é vereador.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Exatamente. A gente vê a felicidade das pessoas, não é Márcio? Daí a gente vê o nosso trabalho produzido, trazendo alegria para as pessoas. Acho que esse é o fundamento de um político - a

gente poder estar em sintonia com as comunidades. Acho que temos que avançar mais. O Ver. Pujol é um vereador que tem bastante experiência nessa área – nós temos que avançar mais ainda, Ver. Pujol, com leis que facilitem a regularização desses imóveis. Então, quanto mais a gente puder facilitar e ajudar a população, acho que é gratificante. Também tenho participado da entrega das escrituras na Vila Ferroviários, na Restinga. A gente vê a alegria das pessoas – é muito gratificante. Eu quero parabenizar todas essas pessoas, os vereadores que têm participado, de uma forma ou de outra, nesse trabalho da reurbanização, da organização da cidade de Porto Alegre, através do Plano Diretor, e já fazer um desafio: sempre que pudermos simplificar as leis para dar seguimento, que a gente faça isso em conjunto, independentemente de partido, de vocação, é uma coisa com a qual a gente acaba ajudando bastante a população. Também quero aproveitar para falar um pouco da pandemia e da flexibilização. Infelizmente hoje não pude participar da reunião sobre a Covid que sempre acontece nas segundas, quartas e sextas, às 10h, porque estava na reunião da CPI, que é uma outra atribuição da qual temos que fazer parte. Apesar das disputas, faz parte do Parlamento, nada que seja pessoal entre um e outro, mas nossos pensamentos são diferentes, e a gente acaba fazendo o debate. Mas, sobre a flexibilização, tenho participado; Porto Alegre, apesar de ter um nível alto de número de pessoas na UTI, nós temos conseguido manter uma média – a gente diz que é a formação de um platô. Então, iniciou-se a flexibilização. Espera-se que esse número comece a baixar, e baixe cada vez mais, para que a gente possa flexibilizar ainda mais, porque a gente sabe o quanto é importante a atividade econômica. Eu tenho feito algumas reuniões – o Bosco também participa bastante dos clubes -, participei de uma reunião com presidentes de clubes, conseguimos uma primeira flexibilização, Bosco, que é a do esporte individual, mas já começa a dar vida nos clubes. As pessoas já podem ir para caminhar, correr, fazer alguma atividade, um atleta pode participar de uma atividade. A gente sabe o quanto é importante a retomada da vida nos clubes, porque eles também precisam dessa receita, da movimentação – então isso já iniciou. A gente espera que nos próximos dias, se o nível do número de pessoas infectadas ou da ocupação de UTI, se mantiver ou cair ainda mais, possa flexibilizar ainda mais para os clubes. Também tem a questão dos restaurantes – já foi liberada uma parte dos restaurantes, principalmente no almoço, mas com certo horário. Isso ajuda, mais ainda não resolve. A gente sabe que alguns restaurantes dependem muito mais da parte da noite do que da parte do almoço. Então é importante que a gente possa avançar e liberar para que eles possam também atender até um certo horário, com todos os cuidados, todos os protocolos. Também temos a questão do sábado – hoje o comércio está abrindo de segunda a quinta, depois de segunda a sexta, mas temos que trabalhar para que a gente possa retomar as atividades aos sábados, principalmente nos *shopping centers*, no comércio de rua, porque a gente sabe o quanto é importante para cada uma dessas empresas – já passaram por um longo período em dificuldades, não podendo trabalhar. Eu que sou empresário do comércio – a gente sabe o quanto é difícil a vida de um empreendedor nosso País, a quantidade de impostos a pagar, as dificuldades, o custo de uma folha de pagamento, principalmente para os pequenos e médios empresários que são verdadeiros heróis no Brasil, e ainda não poderem exercer

suas atividades, a gente sabe o quanto é difícil. As escolas infantis – a Ver.^a Cláudia tem lutado bastante, bem como outros vereadores, nessa questão, é uma dificuldade de como fazer para retomada das atividades escolares – já se inicia esta discussão no âmbito do Executivo, como iniciar, por onde iniciar, principalmente as escolas particulares. A gente sabe que há pessoas que passaram trabalhando durante toda a pandemia, os trabalhos essenciais, e a dificuldade de manterem seus filhos, onde manter seus filhos? Então, acaba sendo uma outra dificuldade, principalmente para as mulheres que hoje trabalham – normalmente eram as que cuidavam dos filhos. Hoje, todos trabalham, as esposas trabalham, os maridos trabalham, então fica difícil de cuidar das suas crianças. A escola, não só por esse cuidado, mas também pelo aprendizado - é importante nessa fase o aprendizado. Infelizmente, a pandemia mudou a vida de todos nós porto-alegrenses, brasileiros, mudou a vida no mundo inteiro, eu acho que nós temos que ter um pouco de calma para a gente poder discutir, buscar saídas e, aos poucos, retomar a vida o mais normal possível na cidade de Porto Alegre. Esperamos que a gente continue aí conseguindo baixar esse nível da pandemia para que a gente possa flexibilizar o máximo possível dessas atividades. Também o Bosco e outros vereadores que eu sei que são ligados ao esporte amador, eu jogo futebol, jogo não, participo, entro em campo, não é, Bosco? A gente sabe o quanto as pessoas estão aflitas para voltarem, o Cassiá, o meu treinador aí, estão aflitos para voltarem, Cassiá, mas é difícil, a gente está acompanhando o Campeonato Brasileiro, aquela partida do Goiás tinha dez jogadores que fizeram o teste e testaram positivo, tu imaginas a gente voltar ao esporte amador sem teste, as pessoas contaminadas, por normalmente têm boa saúde e não sabem que estão contaminadas – isso iria expandir a pandemia. Então, fica difícil para o pessoal da saúde decidir quando voltar, como voltar.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para lembrar que o acesso e a terceira divisão do Campeonato Gaúcho estão suspensos, não tem mais, porque não têm condições de pagar, não têm estrutura nenhuma os clubes do interior. Já estamos pensando, portanto, no ano que vem. Então, isso mostra como é difícil a realidade, até porque tudo tem custo, imagina na várzea que, às vezes, não tem nenhuma estrutura de um time profissional. O profissional já está pedindo adiamento, já entende que já não há mais condições de fazê-lo. Consequentemente, nós temos que repensar. Inclusive, o projeto do Marcantônio tem uma emenda minha que só depois que a Federação de Futebol regulamentar esse campeonato, ela mesma está tendo dificuldades, imagina os clubes da várzea. É uma pena, mas nós temos que ter ainda muita precaução, muitos cuidados para não cometer outros erros.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Infelizmente, esta pandemia é problema para todos nós. Eu conheço muitos amigos empreendedores que têm as suas quadras esportivas que, muitas vezes, locam os espaços, constroem quadras em um terreno que não é nem deles, tem que pagar o aluguel, estão com as suas atividades paradas desde o mês de março. Então, somos solidários a todas essas dificuldades e

tentamos entender. Muitas vezes, eles têm dificuldades, as quais eu entendo, porque é o negócio deles, às vezes, são todas as suas economias que estão nesse empreendimento. Temos que fazer o possível para achar meios para que as pessoas possam sobreviver e voltar a ter as suas atividades o quanto antes, mas, infelizmente, é uma realidade que aflige não só Porto Alegre, mas o mundo inteiro. Esperamos passar, juntos, por esta pandemia o mais rápido possível.

Também foi citada aqui a questão da CPI, que retomamos hoje. Na verdade, muitas vezes, o Ver. Robaina me acusa de querer terminar a CPI, é que uma CPI tem um prazo determinado. Com todo o respeito, Ver. Robaina, eu não sei se ele está presente, pois eu não quero fazer a injustiça de estar atacando um vereador, principalmente, se ele não estiver presente no plenário, mas aqui, virtualmente, nós temos dificuldade de saber se o vereador está presente ou não, mas não é um ataque. Eu participei, propus e presidi duas CPIs, do Instituto Ronaldinho Gaúcho e da CPI da Procempa, participei do ProJovem, de várias outras CPIs aqui, na Casa, as quais têm tempo determinado. O prazo de funcionamento de uma CPI é de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias. A CPI do Ver. Robaina já começou há 300 dias, não pode ser *ad aeternum* uma CPI, ficar investigando uma vida inteira. E o pior que ele investiga há 300 dias e até hoje nós ouvimos somente quatro pessoas na CPI, que eram ligadas ao governo, as outras pessoas não foram convocadas pelo Ver. Robaina e ele não chamou para depor, mesmo sendo aprovadas as convocações pelos vereadores. Agora não quer mais ouvir ninguém, quer fazer... Se é para pedir documentos para o Executivo para fazer um relatório em cima só de documentos, não precisa uma CPI; o Ver. Robaina vai lá, faz um pedido de informações, recebe os documentos, faz os documentos, vai lá e entrega no Ministério Público. Então, fica construindo um palanque para ele ficar discursando, criando uma dificuldade de podermos falar, ainda mais agora, na pandemia. Ele fecha o microfone e diz que o vereador não pode falar, só ele fala, discursa, discursa, discursa 30 minutos, abre o microfone, o vereador fala dois minutos e ele tranca o microfone – eu não posso concordar com esse tipo de atitude. Então, infelizmente, não tem como nós termos uma CPI *ad aeternum* e o presidente seja um ditador que queira controlar e fazer como ele quer, chamar quem ele quer, ouvir que ele quer. Tem que dar direito às pessoas participarem, chamar também aquelas pessoas que foram votadas para que venham na CPI, que venham, bom, tem que ouvir todo mundo. Então, infelizmente, eu discordo dessas atitudes e vou discordar sempre do que não for um processo democrático. Então, vou sempre colocar a minha opinião. Além disso, há uma série de outras coisas aí que eu não posso concordar, de irregularidades. Nós temos um Regimento, uma Lei Orgânica, uma Constituição, e o presidente de uma CPI não é o dono da verdade, ele tem que ouvir todos, tem que dar os espaços, e tem, em primeiro lugar, cumprir o que está na lei, na lei federal, na Constituição Federal. Depois das leis das CPIs, tem que cumprir o que está no Regimento Interno da Câmara e na Lei Orgânica, senão, é impossível a gente participar de algo onde tem uma pessoa que faz o que quer e manda porque ele é o presidente. Ele é o presidente e não é um ditador, então, eu vou sempre discordar e vou colocar a minha opinião, com todo o respeito ao Ver. Robaina, tanto é que nós pensamos diferente, nós somos de partidos opostos,

diferentes e vamos fazer essa discussão com legitimidade, com tranquilidade e fazer um bom debate. Então, eu não quero estar atacando, mas, sim, colocando a minha opinião.

Quanto à cidade de Porto Alegre, acho que estamos no caminho certo, da pandemia. O secretário Pablo e o secretário adjunto Natan estão fazendo um excelente trabalho, que é demonstrado pelos resultados alcançados, com algumas divergências ali ou aqui de flexibilização, mas eles são as pessoas que estão decidindo nessa parte da saúde. Porto Alegre, dentro das condições, tem feito um excelente trabalho. Claro que nós não gostaríamos de ter perdido pessoas, mas é uma pandemia, uma guerra, uma guerra que a gente nem enxerga, um vírus que não se enxerga e a dificuldade é muito grande. Então, eu quero parabenizar o pessoal da saúde pelo excelente trabalho, a própria Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem tomado as decisões corretas, e quero dizer que nós vamos continuar trabalhando. Estamos buscando, sim, tratar a parte econômica, a parte de saúde, de uma forma equilibrada, para que a gente possa ter as atividades econômicas e a sustentabilidade do nosso Município, da nossa cidade, para que os empreendedores possam sobreviver a essa grande pandemia e, logo ali na frente, nós possamos voltar a ser uma cidade, uma Porto Alegre alegre, feliz e tendo um novo rumo na nossa cidade nesses momentos difíceis. Então, agradeço a compreensão dos vereadores por nos escutar por tanto tempo, 15 minutos do Márcio mais os 15 minutos meus, são 30 minutos de paciência dos vereadores, mas acho que é importante a gente falar um pouco do que a gente pensa, do que a gente faz, e o Grande Expediente sempre é um momento importante para o vereador. Na última sessão, Márcio, pedi ao Ver. Paulo Brum, por isso até que ele falou que teria que ser hoje, e com razão, porque ele já tinha pedido para suspender, eu não estava presente.

O Grande Expediente é o momento importante para o vereador poder falar, principalmente, os partidos maiores que têm mais vereadores, nem sempre têm o período de liderança para usar, então, o vereador perder o seu Grande Expediente é algo muito ruim, porque é o momento que o vereador tem para conversar com os seus eleitores, com os próprios vereadores, expressando o seu pensamento e as suas vontades.

Agradeço aos vereadores e agradeço ao Ver. Paulo Brum que, na outra sessão, junto com os demais vereadores, permitiu transferir o Grande Expediente para o dia de hoje. Muito obrigado pela paciência de todos. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Colegas vereadores, eu procurarei ser o mais breve possível nas informações que julgo absolutamente necessárias serem transmitidas ao plenário da Casa. Primeiro e fundamentalmente, esclareço que a Casa não tem conseguido realizar as suas sessões ordinárias de forma integral, na medida em que não tem ocorrido, nas duas últimas sessões, o período

destinado à votação da Casa, ou seja, a Ordem do Dia, e que esse fato se registra em função de algumas circunstâncias que julgo ser do conhecimento total dos integrantes desse sodalício, mas que vale a pena relembrar. Esclareço que, em face da existência de 18 projetos em exame na Casa em regime de urgência ou com requerimento expreso de audiência pública em andamento, nós somos compelidos a organizar um ordenamento específico para que se realizem essas 18 audiências públicas, que estão dificultando o andamento da nossa regular tramitação na Casa. Estão impedindo, pela razão direta de que a própria Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, aprovou uma manifestação, um parecer do Ver. Mendes Ribeiro, que, atendendo a uma solicitação nossa, esclarecia determinados aspectos conflitantes entre o Regimento da Casa e a Lei Orgânica Municipal, a começar pela determinação contida na Lei Orgânica que obriga a presidência da Casa, a tanto quanto for legal no que diz respeito à formalização, especialmente das entidades requerentes, obrigatoriamente a convocar a audiência pública que venha a ser requerida. Esse fato justifica esse enorme número de audiências públicas que temos e faz com que a nossa precaução e a nossa cautela sejam redobradas. Assim, no mês de agosto, agora em decorrência, nós deveríamos estar enfrentando algumas dessas matérias, mas a nossa decisão de, por edital, convocar as audiências públicas para o mês de agosto, feita com a urgência que entendíamos como absolutamente necessária, determinou que duas liminares suspendessem as audiências públicas anteriormente já objetos de marcação de data de sua realização e impusessem que nós reabríssemos esse período, contássemos mais uma vez com a necessária inter-relação entre a convocação e o edital de organização de 20 dias, o que determina que só no dia 8 do mês de setembro próximo vindouro, nós poderemos ter realizadas essas reuniões e essas audiências públicas que seriam realizadas, não houvesse esse contratempo no mês de agosto, que está em curso. Esclareço que não estou aqui impugnando o direito dos requerentes de, em juízo, buscarem essa correção... (Problema na conexão.). O atendimento à medida judiciária é indiscutivelmente a razão pela qual nós estamos por volta de 40 dias atrasados... (Problema na conexão.) ...providências. Assim, quero informar a todos os vereadores que nós já temos agora um calendário com todas as audiências pré-estabelecidas com as suas datas e que, com uma única exceção, estamos já com o exame absolutamente realizado da qualificação das entidades que requerem a realização das respectivas audiências públicas e que essa única exceção está sendo compelida, a entidade, a demonstrar, com clareza, a sua existência legal e, enfim, as suas condições de legitimação ao pedido de audiência pública e, muito antes da sua realização, terão essa situação resolvida. Se não forem comprovadas essas condições mínimas pela entidade, nós simplesmente haveremos de desconvocar a audiência pública relativa ao projeto de autoria do Ver. João Bosco Vaz que, em princípio, será realizada no dia 21 do mês de setembro; se até lá, no prazo estabelecido, estiver comprovada realmente a condição de legitimidade da entidade que requereu a audiência pública... (Problemas na conexão.) ...admitindo, praticamente em grau recursal, diante do processo legitimado do autor e exigindo as informações necessárias para que seja comprovada ou não a legitimidade da entidade recorrente. Então, informo aos colegas que, a partir do dia 8 do mês vindouro, nós teremos as 18 audiências públicas

requeridas, algumas delas acumuladas, quatro em um dia só, em virtude da semelhança da matéria, outras três num dia só, por idêntica razão, mas todas na continuidade de uma programação que a nossa Diretoria Legislativa organizou e que será objeto de informação de todos os senhores vereadores, através da expedição de uma nota que no dia de hoje ainda terá expediente. Por fim, quero agradecer a oportunidade de dar essas informações, salientando que ainda que não... (Problemas na conexão.) ...há uma referência às decisões tomadas pela direção da Casa, adotadas por esta presidência, especialmente com relação ao estabelecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito que, por derradeiro, ocorreu no dia de hoje, pela manhã, às 10h. Nós havíamos, na semana passada, na sexta-feira, no final da tarde, recebido, via SEI, uma solicitação do Ver. Mauro Pinheiro de declarar a extinção da comissão pela não comprovação da correção da sua realização no que diz respeito ao prazo de atividade. Recebido isso, no mesmo dia, providenciamos ouvir à parte interessada, ou seja, a presidência e a Diretoria Legislativa. Ambas concederam as informações em tempo hábil capaz de permitir que ontem à noite, extraordinariamente, nós pudéssemos, pelo mesmo veículo que recebemos o requerimento do ilustre Ver. Mauro Pinheiro, oferecer a nossa decisão que, baseada nas informações recebidas, era pelo indeferimento do pedido, fato esse que... (Problemas na conexão.) ...em qual circunstância e que nada, absolutamente nada, possa ser revelado como uma forma de imposição de determinadas situações, mas, sim, de uma adequação dos trabalhos desta Casa nesse período excepcionalíssimo que vivemos, nos quais as reuniões presenciais foram suspensas de longa data e as deliberações, através do sistema remoto que hoje nós estamos utilizando, só vem a ser corrigida agora neste mês de agosto. Por tudo isso, nós tomamos essas decisões e quero esclarecer que nesse período em que nós estamos envolvidos em informar mandados de segurança, requerimentos, está havendo uma colaboração extraordinária dos vereadores Paulo Brum e da nossa vice-presidente Lourdes Sprenger, que têm nos auxiliado sobremaneira permitindo que, com frequência, os trabalhos sejam por eles fornecidos com grande competência, maestria e com absoluto e total respeito ao nosso Regimento Interno, que assim estabelece. E na impossibilidade da presidência, são os vice-presidentes que irão responder sobre a atribuição dos trabalhos da Casa e muito especialmente no plenário deste Legislativo.

Muito obrigado pela atenção de todos e reafirmo que, no que diz respeito à informação de que nós tivéssemos negligenciado o requerimento do Ver. Mauro Pinheiro e transferido a sua decisão à presidência da CPI, isso não ocorreu. Nós ouvimos o presidente da CPI e a Diretoria Legislativa da Casa com a mesma tranquilidade que teríamos em outras circunstâncias, sabendo que a opinião de um único lado não pode ser a base formal da decisão da competente presidência da Casa que não... (Problemas na conexão.) ...fazer. Ontem, domingo, em horas tardias, oferecemos ao requerente, com o maior respeito e consideração, a resposta que havia a ser dada em tempo hábil, mesmo sabendo que... (Problemas na conexão.) ...momento um mandado de segurança, que... (Problemas na conexão.) ...falso argumento que a suspensão da reunião que a Comissão Parlamentar de Inquérito realizou na manhã de hoje. Obrigado

a todos. Eu retorno a palavra ao ilustre Ver. Paulo Brum que está magistralmente conduzindo os trabalhos da Casa. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Pergunto: V. Exa. vai presidir os trabalhos ou damos continuidade?

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Há um apelo geral para que V. Exa. continue presidindo pela competência com que atua. Cuidarei dos expedientes interno. Obrigado, Ver. Paulo Brum.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): É um prazer e uma honra poder colaborar com Vossa Excelência. Vamos dar continuidade aos trabalhos da nossa sessão de hoje.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Paulo Brum, vereadores e vereadoras, diretor Luiz Afonso e todos os funcionários da Câmara que dão sustentação para o nosso trabalho. Eu quero trazer aqui algumas considerações que os partidos da oposição têm acolhido e recebido em relação a temas e problemas vivenciados pelas comunidades, principalmente pelas comunidades da periferia. Consideramos que, neste período de pandemia, o prefeito Marchezan abriu a sua caixa de pandora de maldades. Vou enumerar e trazer aqui para que todos os colegas possam nos ajudar a corrigir esses rumos que estão sendo dados pelo Executivo. O primeiro deles, ele vem agindo tudo por decreto ou por falta de ação da Prefeitura. O secretário Adriano emitiu uma nova ordem retirando 17 escolas do Município consideradas de difícil acesso. Escolas que, se tiver um cavalo bom, se chega a elas; se não tiver, não se chega, como é o caso da do alto do Morro da Cruz, entre outras. Retirou simplesmente sem dialogar, sem consultar, sem ouvir o Conselho Municipal de Educação, assim por diante – esse é o ponto número um.

O segundo ponto: o líder do governo falou há pouco sobre o problema das vilas irregulares, que são mais de 700 vilas, mas não tem nenhum programa de regularização fundiária na gestão do prefeito Marchezan. E aqui o que encontramos neste momento? Temos aqui, Presidente, dezenas de apelos de moradores que recebiam o aluguel social e pararam de recebê-lo. Portanto, em tempo de pandemia, em que nós todos pedimos para que quem puder ficar em casa que fique em casa, e, para ficar em casa, tem que ter casa. Agora, o aluguel social é um compromisso, um acordo firmado entre os moradores, pois saíram de um determinado local porque a Prefeitura não conseguiu fazer os projetos habitacionais, e hoje ficarem sem o dinheiro do aluguel social também fica ruim. Então, gostaríamos que o líder do governo trouxesse a listagem de todas as dívidas que o governo tem do aluguel social.

Terceiro, continuam fechando um conjunto de postos de saúde, principalmente os da periferia, como foi o caso do posto mais clássico, o Postão do Cruzeiro. E, na semana passada, eu e a Ver.^a Karen estivemos na Chácara do Banco, onde a comunidade fez um apelo para que nós estivéssemos lá porque há ameaça de fechar aquele posto de saúde, e todos eles são na periferia. Comunidade essa com quem temos tido uma relação de longa data, de mais de duas décadas acompanhando. Inclusive estivemos na inauguração daquele posto em 1996, na gestão do prefeito Tarso Genro... (Problemas na conexão.) ...agora comparecem dizendo que vão fazer a salvação. Então, quero registrar e pedir que cessem o fechamento dos postos de saúde da periferia.

Ontem estivemos, junto com outros vereadores – eu, Ver. Adeli Sell, Ver. Marcelo Sgarbossa –, na comunidade do Lami, onde há a Reserva Biológica do Lami, que recebe o nome de José Lutzenberger, que é o fundador do movimento ambientalista do Brasil. E estão removendo os funcionários daquela reserva biológica sem nenhum diálogo e não disseram como vai ser dada a continuidade dos trabalhos. Houve um ato de rua sobre a Reserva Biológica do Lami.

Eu ouvi atentamente quando o líder do governo falou sobre dois temas: o da CPI, dizendo o presidente Roberto Robaina não quer lhe dar a palavra, quero dizer que o governo, até então, boicotou com a presença para que não acontecesse a CPI. Agora que ele não tem mais maioria ou não tem mais cargos para dar e construir a maioria, ele vem reclamar. A CPI está andando, o presidente Roberto Robaina a está conduzindo. E é isso mesmo, agora é a hora de espernearem.

Por último, quando o vereador líder do governo fala em fazer as testagens, eu quero dizer que nós aprovamos uma lei recentemente e que o governo não cumpre, que é a lei que obriga a testagem massiva, principalmente para os trabalhadores da saúde que continuam sendo contaminados, alguns vem a óbito por falta de um controle estratégico para com os trabalhadores da saúde e das comunidades onde se encontra o foco do coronavírus.

Eu teria muitos outros temas para falar, Sr. Presidente, mas gostaria de agradecer ao líder dos partidos de oposição, Ver. Oliboni, e dizer que continuaremos alertas, cobrando do governo e apostando na retomada da democracia participativa em Porto Alegre. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Paulo Brum, caríssimo Pujol, diretor Luiz Afonso, colegas vereadoras e vereadores, sou o representante da minha bancada, da bancada do Partido dos Trabalhadores na CPI, portanto, não represento apenas a mim. Eu tenho algum nível de formação para estar mais presente na CPI, com conhecimento sobre um conjunto de questões, inclusive jurídicas, embora o

Marcelo tenha muito mais do que eu, porque é doutor – represento, também, o Ver. Marcelo Sgarbossa, o Ver. Oliboni e o Ver. Comassetto. Eu estou pasmo com o comportamento do governo. Não adianta o Mauro Pinheiro vir agora, com sua “laje” de cordeiro, dizer que são embates políticos, porque ele, Mauro Pinheiro, e o Ramiro passaram mais de duas horas azucrinando, tentando obstruir o funcionamento da CPI. Foram grosseiros, foram estúpidos o tempo inteiro, e depois ficaram bravos, gritaram, espernearam quando nós estávamos colocando a verdade para eles e para o povo de Porto Alegre. Eu não vou me calar, Mauro Pinheiro; eu não vou me calar, Ramiro. Não serão vocês que irão ditar o meu comportamento, o da minha bancada e o dos meus colegas, não serão vocês! Vocês fizeram tudo, absolutamente tudo para “melar” essa CPI; vocês mudaram. Vocês ficam, agora, apontando para as pessoas, porque elas mudaram de opinião. Mauro Pinheiro, você mudou mil e uma vezes de opinião, então não me venha com esse papo agora! Use o seu tempo de liderança de governo para fazer o seu esperneio, está no seu direito. Agora, nós não vamos nos calar, e tem mais: nós vamos adiante. O que o senhor tem a dizer sobre a Multiclean? Nós fomos ao Ministério Público do Trabalho, e o seu governo teve de responder e respondeu uma mentira, ou a Multiclean está mentindo, porque aqui tem um documento que ela mandou. Eu fui ao Ministério Público, claro, porque não assinaram, mas eu tenho o *e-mail*, portanto eu tenho a origem disso aqui, não fui eu quem inventou, eles dizem que a Prefeitura deve R\$ 2 milhões. Afinal de contas, o que está acontecendo? Tem mais: eu recebi, agora, dez dias para fazer uma manifestação junto ao Ministério Público do Trabalho e pretendo fazê-la entre hoje e amanhã. E tenho as fotografias, aí, sim, a Multiclean está mentindo, o pessoal teria que ir lá para fazer a rescisão, fazer o exame demissional. Posso mostrar as fotos, vou mostrar depois para vocês. Já está tudo pronto, assinado – isso é uma fraude. Nessa Prefeitura só tem fraude, nessa Prefeitura só tem maracutaia. Eu vou passar, agora, para vocês o documento, a fatura do Fundo Municipal da Saúde diretamente para os cofres da RBS. Vocês vão dizer que é mentira, mas estão lá os números. Vou mostrar para vocês, vou mostrar que, se tem uma CPI, temos base legal, e as falcatruas feitas estão evidentes, os documentos trazidos e acostados nos autos são evidentes. O pedido de CPI veio na hora certa, no momento certo; antes vieram várias questões, não havia maioria. As pessoas foram formando opinião, assim como o povo vai formando opinião sobre esse prefeito. É o pior prefeito de todos os tempos, e não sou eu quem diz, é o povo que está dizendo. Vou mostrar que saiu o dinheiro diretamente do Fundo Municipal de Saúde para os cofres da RBS. Não pode tirar dinheiro do Fundo! Não houve pedido de licença para o Conselho Municipal da Saúde. Vocês acham que eu não vou mandar esses documentos para o Conselho Municipal? Vocês acham que eu não vou mandar para o Sindicato? Vocês acham que eu não vou mandar para a imprensa? Eu quero ver se a imprensa vai falar; certos setores da imprensa, claro, não irão falar com o Adeli Sell, imagina, porque “ele é o líder da oposição”, “é o líder do PT”! Nós vamos continuar, nós estamos aqui com a nossa correção, o que nos move é a boa-fé, essa do coração e a da legislação, da lei. O Mauro, hoje pela manhã, gritou várias vezes, dizendo a lei, a lei, dizendo “vocês não vão passar por cima da lei”. O Mauro veio aqui mentir, ele disse que trancaram os microfones. Mas

o que é isso! Eles ficaram 2h15min com os microfones abertos até que ninguém aguentou mais, todo mundo dizia: “fecha os microfones, o Presidente dirige a sessão”. Essas são as verdades, a verdade vos digo: a verdade sempre vai aparecer, e a mentira sempre vai aparecer também. Muito obrigado, Paulo Brum.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Pergunto, Dr. Luiz Afonso, há mais alguma inscrição em liderança?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há mais inscrição em liderança. Gostaria de registrar a presença da Ver.^a Karen Santos, pelo *chat*.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Continuo aqui. Vou pegar um tema que está candente. Como este governo gosta de perseguir as pessoas, o último exemplo é o que menos esperava, porque sempre tivemos uma boa relação com o secretário Germano Bremm, desde o momento em que ele assessorava diretamente o gabinete, estava conosco na Câmara, discutíamos vários projetos de lei, sempre foi um cavalheiro, sempre foi um *gentleman*, e sempre me tratou como tal. Hoje de manhã, não sei por obra de quem, quem foi ao Lami representando a Secretaria foi a secretária adjunta – depois vou dar o nome aqui para vocês – e disse que vai ter uma substituição que foi feita na ultimíssima hora, antes da proibição de fazer qualquer transferência, mas ela não tomou posse fora do prazo dos 30 dias, e vamos questionar isso também. Ontem, teve um grande ato público na frente da reserva, e haverá outros tantos, porque é uma transferência de pura perseguição a essa bióloga que estava há anos e anos, junto com o Sr. Osmar, comandando essa reserva. A reserva tem mais de 200 hectares, tem uma biodiversidade muito grande, é uma reserva que tem um trabalho - ou tinha, porque diz que vão terminar - de educação ambiental muito forte, tem essa relação muito grande com as comunidades indígenas da região, que há comunidades ainda remanescentes e fortes, tem uma relação com as comunidades próximas à Parada 21 que é constantemente alagada, e tem um processo do Ministério Público. Fui eu quem fez o processo, são 30 páginas consubstanciadas de anos e anos de demandas que não foram atendidas, e a Prefeitura foi instada e tem uma posição desta bióloga, e tenho certeza absoluta que foi por isso que ela foi transferida, porque vieram com um papo: “Ah, temos que ver, temos problema de regularização fundiária na região”. O secretário disse que ela era uma excelente funcionária – e é óbvio que é, todo mundo sabe disso –, que

fará parte de um grupo de fiscalização. Sim, querem qualificar um grupo de fiscalização, mas querem aprovar um projeto de lei que votei contra na CCJ porque ele não está claro, pelo contrário, ele foi redigido de forma imprecisa propositadamente, tal qual diz o Ricardo Salles, para passar uma boiada no licenciamento ambiental. É isto que o governo quer: persegue funcionário, transfere funcionário, corta horas extras de agentes de fiscalização, por isso que se tem essa gandaia na cidade, por isso que se vende qualquer coisa em qualquer esquina, por isso que a venda de hortifrúteis tomou conta da cidade, estão matando o hortomercado da Parobé, o hortomercado da Rui Barbosa, os autorizados das bancas amarelas por todo o Centro Histórico da cidade. Por isso temos os problemas que temos, e cortam as horas extras dos funcionários, fazem transferência de funcionários, mudam os dirigentes o tempo inteiro, brigam com seus aliados e mandam os CCs embora e põe um CC que não tem nada a ver porque tem que substituir, porque não pode perder essa boquinha. Esse é o governo Nelson Marchezan, que tem na Câmara dois grandes defensores, que é o Mauro Pinheiro e o Ramiro Rosário, que chiaram, sapatearam, xingaram, vociferaram a manhã inteira na CPI. Por isso que nós estamos aqui. Não pensem que por que estamos nos aproximando da eleição, com esse papo que o problema é político-partidário. Não tem nada de político-partidário, tem, sim, vereadores como estes e outros que precisam ir atrás dos eleitores. Nós fizemos, durante quatro anos, os eleitores sabem quem é quem. Quero dizer que estamos vigilantes, nós estamos muito vigilantes e não vamos dar colher de chá para ninguém. Queremos que todos ajam segundo suas funções, por isso quero louvar a competência, a clareza do alto dos seus 80 anos, do Ver. Pujol, que mantém a independência desta Casa; do Ver. Paulo Brum, como vice-presidente, que conduz junto com o Pujol; dos outros membros da Mesa Diretora; dos colegas que não se dobram, que não se avexam, que têm posição e que vão levar adiante os interesses da cidade de Porto Alegre. Os interesses deste governo são a privatização do Mercado Público, fechar o café do Capitólio, privatizar as ações, dar de mão beijada as coisas do Atelier Livre, querem botar um grande bar e restaurante, não sei o quê, dentro da Pinacoteca, podem botar, desde que paguem, desde que não seja essa mamata que querem fazer aí, inclusive, que o governo ponha dinheiro, continue botando dinheiro, mas outros vão usufruir. Vocês estão achando que nós somos um bando de trouxas, e de trouxas nós não temos nada. E repito: a verdade se fará presente e a mentira se fará presente também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde a todos, hoje não vou falar da CPI, que foi bem tumultuada, pela manhã, mas que foi reaberta com o novo sistema de videoconferência. Mas vou falar de um assunto que polemizou no Rio Grande do Sul, fora do Rio Grande do Sul, chegou a Brasília, chegou a países que já

proibiram a famosa corrida de cães, que resulta em muito dinheiro. Depois que os animais não têm mais a condição física para os treinamentos exaustivos, são abandonados, não têm os devidos cuidados. Em média, um cão propício para essas corridas fica em torno de cinco anos com seu tutor. Essas corridas foram proibidas na Argentina e no Uruguai. Nós já tínhamos a informação que entrariam no Rio Grande do Sul, e aconteceu que, no ano passado, o deputado Marcon enviou um recurso de R\$ 251 mil, do Ministério do Turismo, para a prefeitura de Bagé fazer uma pista. Essas corridas são feitas pelos cães da raça galgos – é dispendiosa a capacitação deles, assim como depois o tratamento, por isso são abandonados. Esse recurso do Ministério do Turismo era para organizar um parque temático, que já teve até um filme gravado nesse local, veio esse recurso, e o prefeito anterior, que considerávamos ser amigo dos animais, autorizou essa condição de exploração dos cães. O prefeito atual deu continuação, assinou as obras e agora ninguém quer saber da história, dizendo que não sabia, que não era bem assim. Já houve recursos, eu já tenho um projeto, porque já tive informação, no ano passado, que queriam vir para Porto Alegre. E também já está tramitando a ação, o Ministério Público já está sabendo. Desejamos que o prefeito Lara, de Bagé, recue dessa decisão, porque já ultrapassou as fronteiras, inclusive, em Brasília, o deputado federal Izar já pediu a anulação desse recurso do Ministério do Turismo. Isso não tem nada de turismo, o que há é a exploração animal em troca de muito dinheiro. Queria fazer o registro para que todos entendam que, mesmo sendo em outra cidade, nos atinge, porque se trata do que nós defendemos, daquilo que nós tentamos proteger da maldade humana.

Então, o interior está em pauta: Pelotas recolheu cavalos, repassou para um sindicato, o sindicato passou para um terceiro, e quando as entidades de lá descobriram, os animais tinham ido para um frigorífico – isso também está no Conselho Superior do Ministério Público para responsabilizações. Uma lei municipal não está acima de uma lei federal que defende os animais. Esses dois registros, para nós, são muito importantes, para que sirvam de exemplo, para que as pessoas entendam que a repercussão é muito grande nos dias atuais, e que realmente falta... Isso são seguimentos de jogos, como se diz, mas é a exploração. Além disso, tem uma atuação muito boa da Polícia Federal, eu destaco o delegado Mário Souza, que tem feito excelente trabalho na Região Metropolitana contra o tráfico de animais, rinhas. E nós, em nome dele, cumprimos os demais delegados, nossos parceiros, que têm atuado conforme as denúncias que chegam. Esse é o nosso trabalho, neste momento do período de Comunicações, importante e que nós estamos registrando. Há também, agora, um projeto estadual; eu tenho um projeto aqui na Câmara. Isso vai demorar, mas certamente, se o prefeito de Bagé não recuar, haverá mais este outro passo: suspender esse tipo de atividade que muito nos fere diante de tantas lutas que temos de voluntariado e de tempo em órgãos públicos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Lourdes. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente Paulo Brum, quero aproveitar este período de Comunicação para dizer que hoje eu fui dar uma olhada no viaduto dos Açorianos, ele está lá, parado, intacto, interrompido, automaticamente tirei algumas fotos para registrar. Quero dizer que eu já encaminhei, há bastante tempo, já citei aqui, ao Ministério Público, porque os exames que foram feitos em 28 dos 50 viadutos, passarelas e pontes, ou seja, faltaram muitos para fazer vistoria, mas o pior é que houve um exame visual dos elementos, sem utilização de equipamentos. Isso é gravíssimo, sem plantas estruturais, sem especificidade da obra e com recomendações de manutenção – meramente visual! Portanto, não se pode atestar a real capacidade da carga dessa estrutura antiga ou identificar outras anomalias mais significativa sem instrumento adequado para isso. Há fortes indícios, portanto, de que o viaduto Açorianos não havia tido uma vistoria técnica; há vários indícios, a prova é que ele está parado. A coisa era grave. Para lembrar, sempre houve um discurso discorrendo sobre o carnaval, as pessoas em quantidade faziam tremer o viaduto. Não havia vistoria, é um problema sério. Eu encaminhei todas as vistorias que me foram passadas pela Prefeitura, faltando 18, mas tudo no olhômetro, exame visual. É preocupante, a cidade está abandonada há muito tempo, gente! Há muito tempo! A SMOV, que muitos de nós tivemos o privilégio de ser secretários, como eu tive, não tem mais condição de amparar a nossa cidade.

Outra questão muito importante: o projeto do pedágio já chegou à Câmara? A informação que eu tenho é que não. A imprensa fica sabendo primeiro que a Câmara. Eu não posso nem fazer um discurso! Só sei que a informação que eu tenho pela imprensa é que há uma taxa possível que dificilmente a Câmara vai aprovar: de R\$ 4,70. Uma vergonha. Mas vai para a imprensa fazer média, dizer que está fazendo alguma coisa, a cidade está parada há três anos, e quer cobrar R\$ 4,70, fazer do nosso Centro uma ilha. Antes ele tentou que os carros de fora não entrassem aqui, nem foi à apreciação da Câmara; agora quer fazer do Centro uma ilha dentro de Porto Alegre. Olha, é preocupante a situação de Porto Alegre: aumentou IPTU, não botou esse dinheiro numa revitalização da cidade, até agora a cidade está abandonada. Um vereador conhece a cidade mais do que ele, os vereadores são mais representantes do que o prefeito, são 36 representantes de todas as camadas da sociedade e das regiões de Porto Alegre. E ele não passa informação para os vereadores, que diálogo que ele tem com os vereadores? Joga os projetos lá para a imprensa, muitos que nem chegaram na Câmara, para fazer média, para conquistar alguns setores da imprensa que levaram e levam muito dinheiro na publicidade. As pessoas me perguntam: “Como é esse negócio de orçamento, o Marchezan gastou do orçamento?” No orçamento está, na peça orçamentária, mas lá não está escrito que poderia tirar do Fundo da Saúde e pagar a imprensa de Porto Alegre ou de outras regiões, a mídia, publicidade. Não, isso não! É isso que nós temos que ver. No orçamento tem, mas não tem autorização do Conselho e do Fundo de Saúde para retirar, essa não foi a autorização que nós demos; nós demos

para o orçamento, está lá no orçamento de Porto Alegre. Acredito que essas coisas têm que ser bem explicadas. Ninguém aqui está dizendo que vai cassar o Marchezan; estou dizendo que ele tem até hoje, às 18h, para apresentar. Tentou melar a questão na justiça, a justiça não caiu nessa, de suspender esse processo que é natural em qualquer Casa Legislativa e que não é, por sinal... A Câmara só acolheu esse pedido, muitos pensam que a Câmara está criando uma questão contra o Marchezan. Não, ele vai ter que responder, hoje, às 18h. Depois o relator, o Presidente e o Vice-Presidente terão cinco dias para passar esse relatório e mandar ao plenário para que nós possamos acolher ou não, dar prosseguimento ou não. (Problemas na conexão.) ...as declarações do Marchezan, mas tumultuar não pode, a Câmara não pode cair nessa de tumultuar, o prefeito tumultua a Câmara. O nosso Presidente e a Mesa Diretora têm que estar precavidos, é isso que eles querem, na CPI, no *impeachment*, eles querem jogar a Câmara nesse lamaçal que está a Prefeitura. Banco de Talentos? Não tem nada de talentos, tudo cobra mandada, tudo encomendado, tudo CCs que foram contratados porque estavam no Banco de Talentos, era uma estratégia colocar no Banco de Talentos para colocar dentro da Prefeitura. Não deu certo por várias razões.

Aproveitei o tempo das Comunicações para me indignar cada vez mais com a forma que Porto Alegre está sendo tratada. Só pensam em eleição. Não! As obras têm que continuar, o esgoto correndo a céu aberto e os buracos estão continuando. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todas e a todos. Vim hoje trazer, no período de Comunicações, uma notícia muito importante, uma notícia boa, nem tudo são problemas: finalmente, a gente conseguiu, junto à comunidade Chácara do Banco, Restinga Velha, Rua Dona Mariana, Zona Sul da cidade, resolver a situação do transformador de energia elétrica da frente da casa da moradora Lena. No meu primeiro dia de mandato, dia 1º de fevereiro de 2019, nós fomos à comunidade acolher as demandas, sobretudo ali da rua da Lena; e a principal demanda era o gerador de energia, o transformador, que tinha uma potência muito baixa para expansão da comunidade, uma parte inclusive irregular, que queriam regularizar, e todos os fios da energia elétrica estavam ligados no mesmo transformador, o que fazia com que três vezes na semana caísse a energia de toda rua e a gente ficasse naquela situação de ter que ligar para a CEEE e pegar os números de protocolo. Enfim, quando a gente acolheu essa demanda, no dia 1º de fevereiro de 2019, a gente chegou a organizar um abaixo-assinado junto com a comunidade, também organizamos reuniões para fazer os mutirões, no sentido de ligar para a CEEE e anotar os números dos protocolos. Este ano, no dia 8 de julho, nós reivindicamos uma reunião junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. A gente fez essa mediação via Comissão

de Cidadania e Direitos Humanos para conseguir uma resposta em relação à modificação desse transformador mais potente – era essa a demanda. Por sucessivas vezes, os técnicos foram acolher a demanda da comunidade, que era uma questão bem concreta: um transformador mais potente. Fizemos essa reunião no dia 8 de julho na comissão da Assembleia Legislativa, e a resposta simplesmente não veio. O tempo inteiro nós mandamos mensagens perguntando para os assessores da comissão se havia algum tipo de resposta por parte da diretoria da CEEE, e a resposta não vinha.

No dia 23 de julho, nós fomos com uma comitiva diretamente no prédio da CEEE e solicitamos uma agenda com o diretor administrativo. Fomos recebidos juntamente com o técnico, trabalhador da empresa, que colocou para nós as necessidades de regularização da área. Tinha moradores irregulares da área da Restinga que colocaram que queriam, sim, regulamentar a área, só que era um problema gigantesco. Vale ressaltar que nesses quatro anos de gestão do Marchezan, eu não me lembro de uma comunidade que tenha sido regularizada, só mais recentemente a Mato Sampaio, com um projeto que nós articulamos, enquanto vereadores, para gravar enquanto Área Especial de Interesse Social. Mas se avançou muito pouco na regularização de áreas para moradia na cidade. Isso dificulta o acesso a tudo, água, esgoto, saneamento. Lá na Restinga Velha, era mais esse caso que a gente estava enfrentando.

Então fizemos essa reunião, pautamos, fomos em comitivas e cavamos uma agenda, justamente porque está muito difícil a gente conseguir acessar os órgãos públicos pela questão da pandemia; então isso vem sendo utilizado como uma grande desculpa para empurrar os problemas para depois. Então a gente se fez presente lá justamente para cavar essa agenda e para mostrar para a comunidade como é que funciona a burocracia dos órgãos públicos, que, muitas vezes, faz a gente morrer na praia, porque a gente não consegue ser atendido com a celeridade que a gente necessita.

Estou trazendo todo esse histórico para vocês justamente para colocar que na sexta-feira a CEEE foi lá, mudou o transformador de energia para um mais potente. Agora, a gente vai esperar esta semana para ver se vai ter algum tipo de interferência, se a luz vai cair de novo. Cada vez que caía a luz na comunidade, os eletrodomésticos queimavam; os trabalhadores chegavam cansados em casa e não podiam tomar um banho quente nesse frio que a gente vive no inverno; as pessoas não conseguiam utilizar aquecedor e ar-condicionado. Então era uma situação muito degradante. As pessoas pagavam as suas contas de luz – inclusive, pagavam contas de luz caras! – e estavam tendo esse direito violado há, no mínimo, três anos. Então eu acho que isso é uma baita de uma vitória, é fruto da luta da comunidade, da liderança da Lena, que foi diversas vezes questionada pelos vizinhos, que mostravam que não tinha o que fazer, que ela tinha que desistir. Eu acho que essa organização, desde o abaixo-assinado, desde ter ido pegando os protocolos com os moradores, incentivando que a galera ligasse para a CEEE, indo junto com a gente na reunião da comissão da Assembleia Legislativa, se propondo a ir, mesmo sem agenda – nós cavamos a nossa agenda junto à CEEE –, eu acho que todo esse processo mostra que a luta e a organização das comunidades são muito importantes para a gente conseguir ter o mínimo de dignidade atendida. Sem

pressão, as coisas vão ficando. O poder público, muitas vezes, conta com essa desarticulação dos de baixo, dos mais empobrecidos pelas crises, daquelas pessoas que têm os seus direitos constantemente violados e que muitas vezes não têm uma informação, não têm um caminho. Eu acho que o caminho da luta, da organização... E nós, enquanto vereadores, devemos nos colocar à disposição para estar fazendo esse processo junto com as comunidades. Em nenhum momento eu prometi algo, bem pelo contrário, eu sempre coloquei: vamos junto, a gente vai conhecer os caminhos, a gente vai tencionar e a gente não vai desistir. A gente já estava com a nossa representação pronta para entrar no Ministério Público. A gente conseguiu resolver essa situação pontual de uma comunidade, mas, com certeza, isso se expressa em outras comunidades da cidade. Inclusive, no domingo, fui à ocupação Vida Nova, também no Extremo-Sul, lá na Restinga, e a situação era muito parecida com a situação da Rua Dona Mariana, lá da Lena, da Mapa I, da Mapa II, da Lomba do Pinheiro, do Rubem Berta. Então, os problemas vão se acumulando. Eu acho que este caminho que a Rua Dona Mariana, a partir da liderança da Lena, teve essa opção de seguir tencionando, pesquisando, organizando a memória dessa luta, para não ser enrolada, não ser trolada pelos gestores, acho que foi um caminho muito importante, que a gente precisa, sim, referendar. É importante as comunidades se empoderarem e fazerem o seu caminho político, e ser político não é só votar. Ser político é fiscalizar, é organizar a comunidade, é debater politicamente problemas que afetam as ruas. Eu queria repassar isso para vocês.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Com relação às Comunicações, encerrou o grupo. Hoje não teremos Ordem do Dia, Presidente, porque não há matéria prioritizada em razão do trancamento da pauta, por pendência de realização de audiências públicas. Nós passaríamos agora à Pauta Especial e há a inscrição do Ver. Adeli Sell. Consultamos o vereador se ele vai usar a Pauta Especial, que é o projeto do orçamento, ou se ele vai usar a Pauta normal.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pauta normal.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Desculpem, eu não ouvi direito. Hoje não tem Ordem do Dia?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É, não haverá Ordem do Dia hoje, vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Está bem, muito obrigado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0263/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/20, altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. (remanejamento/recursos/ emendas parlamentares impositivas; autorização/abertura/créditos independentemente/limite estabelecido) **(SEI 118.00155/2020-71)**

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0039/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/20, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que obriga as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino a disponibilizar o resultado de sua avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) por meio de placa localizada na entrada da escola. **(SEI 053.00003/2020-52)**

PROC. Nº 0060/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/20, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o inc. II do caput do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, e alterações posteriores, ampliando o prazo para a proibição da circulação de Veículos de Tração Humana (VTHs) no trânsito do Município de Porto Alegre. **(SEI 041.00013/2020-08)**

PROC. Nº 0250/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/20, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor André Carvalho de Fraga. **(SEI 026.00036/2020-20)**

PROC. Nº 0300/19 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 004/19, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que altera o caput do art. 103 e o caput do art. 104 e

revoga os §§ 1º e 2º do art. 103 e o parágrafo único do art. 104 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre o direito de informação. (SEI 014.00022/2020-18)

PROC. Nº 0193/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/20, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que inclui as efemérides Dia Municipal das Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação e Mês de Informação e Conscientização sobre Altas Habilidades/Superdotação no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, respectivamente, no dia 10 de agosto e no mês de agosto. (SEI 020.00011/2020-21)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Estou preocupado há muito tempo com as questões educacionais de Porto Alegre, já fui presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e, na época, nós fizemos um grande seminário sobre educação infantil. Nós já vínhamos discutindo vários problemas estruturais da educação pública de Porto Alegre, da rede municipal. Eu sou surpreendido na Pauta hoje com uma proposição do nosso colega, o Ver. Valter Nagelstein, sobre a questão de uma espécie de medição, exposição do IDEB nas escolas. Nós achamos que a medição do IDEB é importante em parte apenas. Ela deve ser relativizada, porque, com a complexidade da sociedade moderna, com o esgarçamento do nosso tecido social, muitas vezes, o IDEB não é o único demonstrativo de como anda a escola e o que deve ser feito. Há outros elementos muito importantes a serem observados, e há, claro, uma grande discussão em torno de como está sendo levada a questão da educação neste País, especialmente a questão da alfabetização, seja de crianças, seja de jovens e adultos – nós temos aí vários problemas com EJAs, nas escolas da rede municipal tem algumas. Há, por exemplo, uma demanda que eu fiz sobre o CMET Paulo Freire, tem o fechamento de uma EJA do Estado que eu estou acompanhando de perto, já fiz reuniões com a secretária substituta e hoje sou surpreendido pelo projeto do nosso colega, que eu quero, com todo o respeito que o colega merece, fazer esta discussão. Eu acho errado expor o IDEB numa escola. Acho errado. Eu acho que, às vezes, o IDEB baixo, ele pode puxar mais para baixo os alunos, pode puxar mais para baixo a comunidade, porque sempre o que ficou muito visível neste País, é só ler um pouco da nossa sociologia, é que os de baixo, o pessoal do andar de baixo, os pobres, os excluídos, eles acham que eles não têm capacidade. A nossa educadora Esther Pillar Grossi sempre fala essa questão. “Ah, meu filho é burro, meu filho não aprende. Na minha família não tem ninguém que sabe as coisas.” As pessoas acham que não podem. Qualquer pessoa pode, depois de Jean Piaget – isso a professora Esther Grossi sempre coloca nas suas falas e louvo e gosto muito das suas falas. Nós podemos aqui falar da Jaqueline Moll, uma das maiores educadoras deste País, de Porto Alegre, trabalhou muito as questões educacionais como educadora,

palestrante. A Eliana Borges, vou citar uma das pessoas que trabalhou a Educação de Jovens e Adultos, tanto em nível municipal quanto em nível estadual. Então, me desculpem, mas eu já vou começar a buscar elementos maiores do que esses que eu estou expondo aqui até para fazer o debate entre os colegas vereadores. Desde a CCJ, eu acho que tem elementos... Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, eu acho que essa exposição não bate nem com a legislação, mas eu não quero me precipitar aqui, porque o Valter é advogado e eu sou apenas um bacharel.

Então, só quero sinalizar que eu estou contra essa proposição, vou buscar mais elementos, vou discutir com serenidade, porque o colega merece respeito, ele deve ter pensado, deve ter alguma razão para fazer esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Mais algum inscrito em Pauta, Dr. Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscrições em Pauta, Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Está encerrada a Pauta. Próximo período?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nada mais.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Pergunto, mais uma vez, se alguma liderança vai querer usar o tempo de liderança? (Pausa.) Em não havendo, está encerrada a presente sessão. Convoco todos os vereadores para a próxima quarta-feira no horário regimental. A todos um bom final de tarde. Abraços.

(Encerra-se a sessão às 16h01min.)

* * * * *